



O Vereador Ben Hur Custódio de Oliveira no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Orgânica do Município de Araucária em seu art. 40 §1º, alínea a, propõe:

PROJETO DE LEI Nº 412/2025

Institui o Programa Municipal de Habilidades Práticas no Contraturno (PMHPC) nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Araucária e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Araucária, o Programa Municipal de Habilidades Práticas no Contraturno (PMHPC), com o objetivo de ampliar o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e prático dos estudantes, por meio de atividades educacionais realizadas no período contrário ao turno regular de aulas.

Art. 2º O PMHPC tem caráter complementar, formativo e socioeducativo, destinado prioritariamente aos alunos do Ensino Fundamental matriculados na rede municipal.

Art. 3º A participação dos estudantes no PMHPC terá caráter voluntário, conforme oferta da escola e autorização da família ou responsável legal.

Art. 4º São finalidades do PMHPC:

- I – desenvolver habilidades práticas e funcionais para a vida cotidiana;
- II – estimular a criatividade, o raciocínio lógico, a autonomia e a cidadania;
- III – fortalecer vínculos escolares e reduzir índices de evasão e abandono;
- IV – ampliar oportunidades educacionais no período do contraturno;
- V – promover inclusão e equidade social por meio de atividades formativas;
- VI – complementar o currículo escolar, respeitando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Art. 5º O Programa observará as seguintes diretrizes:

- I – flexibilidade de implementação conforme a realidade de cada escola;
- II – uso racional das estruturas físicas já existentes;
- III – priorização de estudantes em situação de vulnerabilidade social;
- IV – incentivo à participação de agentes comunitários e entidades parceiras;
- V – integração com projetos já existentes na rede municipal.

Art. 6º Consideram-se habilidades práticas, para os fins desta Lei, atividades educativas que desenvolvam competências de vida, incluindo, entre outras:

- I – educação financeira e economia doméstica;





- II – noções de primeiros socorros;
- III – culinária simples e alimentação saudável;
- IV – jardinagem, cultivo doméstico e sustentabilidade;
- V – práticas artísticas, como artesanato, música, dança e teatro;
- VI – tecnologia, robótica, informática e pensamento computacional;
- VII – oficinas de criatividade e resolução de problemas;
- VIII – habilidades socioemocionais;
- IX – educação ambiental e cuidados com o espaço urbano;
- X – noções básicas de manutenção doméstica.

§1º A lista acima é exemplificativa, podendo ser ampliada conforme regulamentação.

§2º As atividades deverão respeitar a faixa etária e o desenvolvimento pedagógico dos estudantes.

Art. 7º A implementação do PMHPC será realizada conforme capacidade estrutural de cada unidade escolar, levando em consideração:

- I – disponibilidade de espaços físicos;
- II – quadro de servidores aptos a conduzir as atividades;
- III – existência de projetos complementares já em andamento;
- IV – interesse da comunidade escolar.

Art. 8º O Programa poderá utilizar:

- I – professores e servidores da rede municipal;
- II – voluntários cadastrados;
- III – instrutores externos mediante parcerias;
- IV – profissionais de instituições conveniadas.

Art. 9º As escolas terão autonomia para definir quais atividades práticas serão ofertadas, respeitando as diretrizes desta Lei.

Art. 10. Para execução do PMHPC, o Município poderá firmar parcerias com:

- I – universidades e instituições de educação superior;
- II – SENAI, SENAC, SESC, SESI e instituições do Sistema S;
- III – organizações da sociedade civil;
- IV – empresas privadas que ofereçam oficinas ou capacitações;
- V – voluntários qualificados.





Art. 11. O Programa poderá ser implementado sem criação de despesas obrigatórias, utilizando estruturas, recursos materiais e humanos já existentes na Rede Municipal de Ensino.

Art. 12. Havendo necessidade de recursos adicionais, as despesas correrão por dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas.

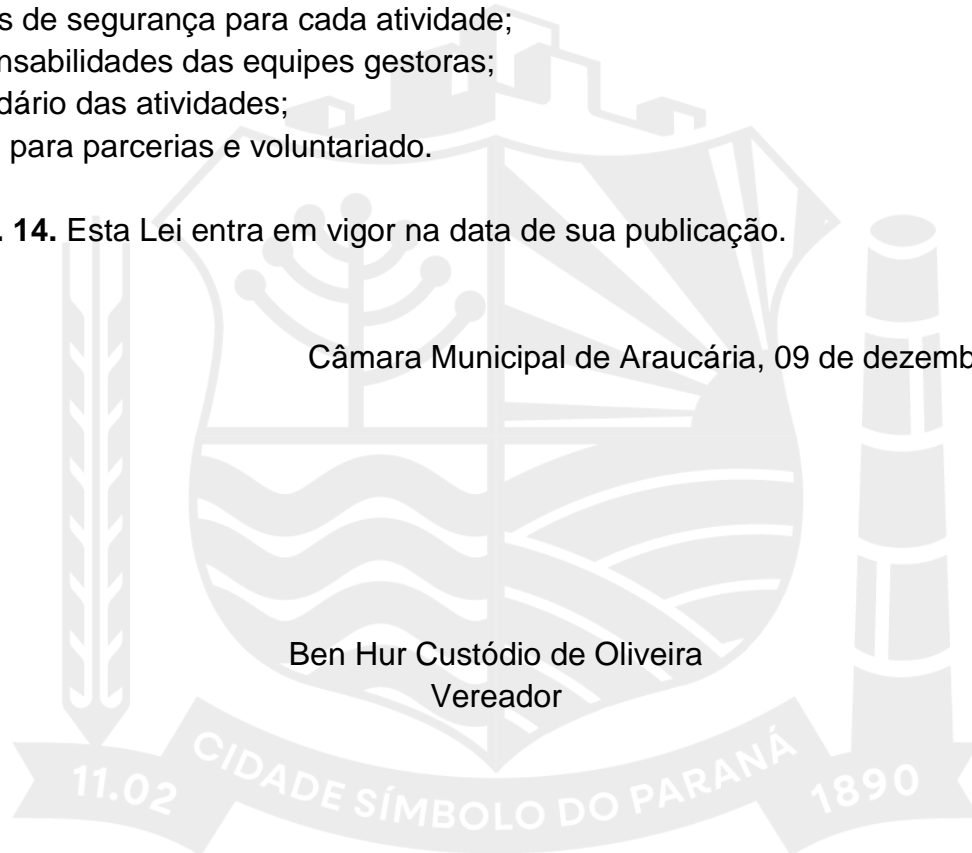
Art. 13. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, definindo:

- I – critérios de seleção das escolas participantes;
- II – normas de segurança para cada atividade;
- III – responsabilidades das equipes gestoras;
- IV – calendário das atividades;
- V – regras para parcerias e voluntariado.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Araucária, 09 de dezembro de 2025.

Ben Hur Custódio de Oliveira
Vereador





JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei institui o Programa Municipal de Habilidades Práticas no Contraturno (PMHPC), destinado a ampliar a formação dos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Araucária por meio de atividades práticas, educativas e socioemocionais.

A sociedade contemporânea exige que crianças e adolescentes desenvolvam competências para além dos conteúdos curriculares tradicionais. Habilidades como autonomia, criatividade, educação financeira, organização, raciocínio lógico, resolução de problemas e convivência social são essenciais para a vida adulta.

O PMHPC:

- complementa o processo educacional;
- fortalece vínculos escolares;
- reduz a evasão;
- promove inclusão social;
- oferece alternativas pedagógicas no contraturno;
- prevê parcerias sem aumento de gastos ao Município;
- valoriza iniciativas locais e regionais de formação prática.

Com execução flexível, o Programa não cria despesas obrigatórias, podendo ser implementado com profissionais e infraestrutura já existentes.

Diante do exposto, solicito apoio do Douto Plenário para aprovação do presente projeto de lei.

